

Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein

Helena Martins*



Abstract

This paper presents and discusses some aspects of the view of language offered in the philosophy of L. Wittgenstein. It is centered around his understanding of the kind of stability that can be attributed to meaning in language – a view which is pregnant with implications to Linguistic Theory, but whose significance is bound to be underrated if one does not go beyond a superficial fixation in the well-known (and worn out) motto “meaning is use”. The general goal here is to explore some complex conceptual issues this motto merely labels, about what it is to learn a language, how we produce and understand linguistic expressions, and what it is for a language to be a rule-governed activity.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Juiz de Fora.

1. Introdução

Este artigo apresenta e examina alguns aspectos da concepção de linguagem de L. Wittgenstein, debruçando-se sobre seus escritos mais tardios, com ênfase nas *Investigações Filosóficas*. Tematiza, mais especificamente, as reflexões de Wittgenstein acerca do tipo de estabilidade que se pode atribuir ao significado na linguagem humana – um pensamento pleno de implicações para a Teoria Lingüística, mas cuja real significância não raro se deixa ocultar, sombreada por uma fixação mais ou menos superficial no difundido (e gasto) slogan wittgensteiniano “o significado está no uso”. Meu objetivo aqui é, pois, explorar algumas questões conceituais complexas que esse slogan apenas emblematiza: questões acerca do que é aprender uma língua, acerca de como produzimos e compreendemos as expressões lingüísticas, acerca do que significa para a linguagem ser um fenômeno *regulado*. Antes de dar início a essa exploração, no entanto, duas observações preliminares são necessárias.

Em primeiro lugar, convém esclarecer que esta minha aproximação dos temas wittgensteinianos não ergue pretensão de originalidade exegética. Deverá ficar claro, sobretudo para os freqüentadores assíduos dos textos de Wittgenstein e dos escritos produzidos em torno de sua filosofia, que minha leitura se beneficia de reflexões encontradas em uma vasta literatura “secundária”, em que destaco os nomes de S. Cavell, B. Barbosa Filho, P. M. S. Hacker, G.P. Baker e Hans-Johann Glock. Pretende-se aqui apenas mostrar e elucidar alguns pontos da visão wittgensteiniana da linguagem e do significado que, sendo de especial relevância para o campo da Lingüística, merecem um olhar detido: pontos que podem ser eventualmente rejeitados ou endossados, mas que não devem, a meu ver, ser ignorados ou considerados com ligeireza.

Em segundo lugar, como preparação para o que se segue, é importante ter em mente um dos requisitos básicos para entender o que seria uma concepção wittgensteiniana da linguagem: reconhecer que Wittgenstein não toma a linguagem como objeto de uma *teoria geral* – que atribuir-lhe algo do gênero seria, com efeito, contrariar vivamente o movimento de suas reflexões. Assim, os leitores, sobretudo leitores lingüistas que porventura não tenham familiaridade com a filosofia de Wittgenstein, devem desde logo desarmar qualquer eventual expectativa de encontrar aqui a síntese de um *modelo teórico* de ambição generalizante, aparentado de alguma forma àqueles propostos no campo da ciência da linguagem. As observações de Wittgenstein sobre a linguagem não se qualificam como proposições científicas gerais acerca de seu funcionamento, sendo antes reflexões pontuais de natureza *conceitual*, subordinadas a um projeto filosófico mais amplo do que aquele de dar conta do fenômeno da linguagem. Tal projeto *inclui*, como veremos a seguir, por um lado, o discernimento de uma certa visão de linguagem influente na história do pensamento ocidental, e, por outro, uma crítica a essa visão, aliada a um convite para repensar o fenômeno lingüístico segundo um ângulo radicalmente distinto.

As duas seções que se seguem dedicam-se, respectivamente, a expor e discutir esses dois movimentos da filosofia da linguagem de Wittgenstein: a *elicitación* e a *crítica* de uma determinada compreensão historicamente hegemônica da linguagem e do significado.

2. A busca da entidade *significado* – visão representacionista da linguagem

As considerações do segundo Wittgenstein acerca da linguagem são, por assim dizer, instrumentos para a realização de um plano mais amplo: desvelar o equívoco fundamental de uma certa empreitada intelectual humana, a saber, a especulação filosófica sobre o que as coisas são, a busca da determinação de suas essências. Como esta empreitada se assenta sobre o lastro de uma sólida tradição, parte do esforço de Wittgenstein consiste em esclarecer que, a despeito da qualidade do lastro, o barco, por assim dizer, não vai a parte alguma. A especulação filosófica essencialista – partindo de uma região de “erro e confusão” e estando, por isso mesmo, condenada a nela permanecer – configuraria, sob esta ótica, um impulso humano tão natural quanto mal-orientado. Um movimento que, modificando um pouco uma conhecida metáfora de Wittgenstein, poderíamos descrever como semelhante ao das investidas da mosca contra o vidro de uma janela aberta – impulsos vigorosos e genuínos, mas desorientados¹.

A inquietação com a insistência filosófica na busca da determinação das essências das coisas permite situar Wittgenstein no contexto de uma certa propensão histórica na filosofia, que tem tido sua semente amiúde atribuída a Kant e que pode ser discernida no pensamento de muitos outros autores não menos seminais: será encontrada, por exemplo, no pessimismo radical de Nietzsche em relação à possibilidade do conhecimento, de vez que “não há fatos, só interpretações”; ou na veemência de Heidegger em sua crítica à “suposição, hoje tão corrente, do conhecimento como uma ‘relação de sujeito e objeto’”; ou ainda na denúncia de Derrida de que a metafísica *constrói* aquilo que procura descobrir, movida por “um desejo, potente, sistemático e irreprímível de um significado transcendental”.² E um tipo de movimento semelhante será percebido também, é claro, no pensamento de autores como Austin e Quine, convencionalmente reconhecidos por sua filiação à chamada “filosofia analítica da linguagem”, que tem em Wittgenstein, como se sabe, uma figura-chave. Com efeito, o anti-essencialismo tem sido considerado por alguns filósofos contemporâneos como “o principal ponto de convergência

1 A metáfora original na versão em inglês é “What is your aim in Philosophy? To shew the way out of the fly-bottle” (IF §309, grifo meu). A imagem não deve ser interpretada como uma desvalorização simplista ou leviana da história da filosofia. Nas palavras do próprio Wittgenstein: “Não pense que eu desprezo a metafísica. Considero que alguns dos grandes escritos filosóficos do passado estão entre os mais nobres produtos do espírito humano” (Carta a Drury, 1929, *apud* Brockhaus 1991:290).

2 Sobre o lugar de Kant nesse contexto, v. Rajagopalan 1992:41-45; Solomon 1988:167; Cavell 1996:268. As passagens citadas: Nietzsche, F. *Vontade de poder*, 481; Heidegger, M. *Ser e tempo* §13 e Derrida, J. *Gramatologia* (*apud* Arrojo 1992:35).

entre a filosofia analítica e a filosofia continental” (cf. Rorty 1991:99). Longe de constituir uma extravagância individual, o impulso de Wittgenstein afina-se, pois, com um “clima de opinião” claramente discernível na história da filosofia, capaz inclusive de aproximar estilos de pensamento, sob outros aspectos, bastante afastados.

Se podemos, no entanto, dizer que esse clima prepondera hoje nos muitos círculos intelectuais em que os autores citados (e outros de mesma sintonia) têm influência, isso não significa que a inclinação oposta, essencialista, se encontre recuada a uma posição de pouca expressão. Ao contrário, o movimento que Heidegger reconheceu como o desdobramento inevitável da metafísica em ciência, um destino, para ele, anunciado como “traço decisivo” já desde a época dos gregos³, garante ao pendor essencialista enorme espaço em um tempo, como é o nosso, marcado precisamente pelo cientificismo, pelas “tendências imperialistas do pensamento científico” (cf. Glock 1997:83). Isso faz com que se possa discernir com nitidez, em nossa época, a possibilidade, bem assinalada por S. Cavell, de que “diferentes períodos históricos existam lado a lado, por longas épocas, e mesmo dentro de um só homem” (1996:40). Esta é a era da *condição pós-moderna*, em que a derrocada de uma diferenciação precisa entre sujeito e objeto, suposta na visão do homem como *sede* possível do conhecimento universalmente válido, desencoraja de saída qualquer projeto essencialista; mas é também a era da *ciência cognitiva*, do entusiasmo pela busca da *essência* da mente humana e de seus “produtos”, uma busca que, em algumas versões mecanicistas e materialistas mais extremadas, já se deu mesmo por concluída – há hoje quem creia que apenas o tempo nos separa do dia em que essa “essência”, completamente conhecida e “mapeada”, poderá ser transferida para um “hardware mais decente do que o corpo humano” (cf. Kurzweil 1999, *apud* Searle 1999).

O que se vê, pois, é que a empreitada essencialista não apenas não foi abandonada em face dos prognósticos negativos da reflexão filosófica mais recente, como inclusive fortaleceu-se: muitos dos pressupostos que a fomentaram ao longo da história do pensamento ocidental, e que foram enfaticamente colocados em questão por parte significativa da filosofia pós-kantiana, subsistem, amiúde de forma não articulada, na raiz de boa parte dos desenvolvimentos da ciência cognitiva, estendendo-se a muitas disciplinas acadêmicas que, compartilhando o interesse geral na descoberta do funcionamento da mente humana, hoje se vêem muitas vezes como *ramificações* dessa disciplina mais geral: a Psicologia Cognitiva, a Antropologia, a Inteligência Artificial, e, mais importante neste contexto, a Lingüística (cf. Candlish 1998:694; Baker & Hacker 1984, especialmente *Prolegomenon* e caps. 1, 6 e 8).

No questionamento filosófico de tais pressupostos – atual em vista da força das teorias que os incluem –, ponderações sobre a *linguagem* têm ocupado um lugar central, sendo este, aliás, ao que parece, mais um ponto de

3 *O fim da metafísica*, p. 72. Sobre essa afinidade constitutiva entre a metafísica e a ciência, v. tb. Barbosa Filho 1973:85.

convergência entre a filosofia analítica de inspiração wittgensteiniana e a chamada filosofia continental.⁴ Para Wittgenstein, é certo, o caminho para o esclarecimento na filosofia passava pelo apercebimento de uma certa inclinação intelectual equivocada que seria em grande parte tributária de um determinado modo de ver a linguagem. Ele nos convida, então, a promover uma alteração deste ponto de vista, uma subversão desta concepção fortemente calcada na idéia de *representação*, que tem sido, por isso, conhecida como *visão representacionista da linguagem* (cf. Baker & Hacker 1980: vol 1, Introd.; Rorty 1991:1-17).

Compreender a perspectiva de Wittgenstein sobre a linguagem supõe, assim, em primeiro lugar, discernir com clareza a imagem fixada e disseminada que ela vem a perturbar. No que se segue, exponho alguns aspectos do modo particular como Wittgenstein procura trazer para o primeiro plano essa imagem de fundo.

Subjacente às teorias de inclinação essencialista, estaria a idéia de que a linguagem é basicamente um instrumento de representação – de que as palavras funcionam, antes de mais nada, como sucedâneos de entidades extra-lingüísticas. Wittgenstein nos mostra isso, levando-nos a considerar de forma atenta, por exemplo, a situação em que “o filósofo usa uma palavra – ‘conhecimento’, ‘ser’, ‘objeto’, ‘eu’, ‘proposição’, ‘nome’ –, e tenta capturar a *essência* da coisa” (IF §116). Embora precise usar tais palavras para formular suas questões e suas respostas, ele tenderá a sustentar, como sugere Wittgenstein, que “não é a palavra que importa, mas seu significado” (IF §120). A pouca importância atribuída às palavras, a suposição de que não “interferem” na investigação daquilo que realmente interessa – o significado – parece associar-se, na filosofia essencialista, a uma compreensão da relação palavra-significado como sendo: (a) uma relação mantida entre duas *entidades* (“pensa-se no significado como uma *coisa* do mesmo estatuto da palavra e no entanto diferente dela”; IF §120, grifo meu); (b) uma relação mantida entre uma entidade *manifesta* (a palavra) e uma entidade *oculta* (o significado), sendo a tarefa do filósofo concentrar-se em identificar e determinar esta última (cf. IF §38); e (c) uma relação hierárquica, em que a *entidade significado* governa e sobredetermina a *entidade palavra*, esta funcionando apenas como um *signal perceptível* para aquela. Sugere-se, em suma, que as palavras têm importância secundária na busca das essências, por serem elas mesmas tributárias dessas essências; por serem coisas que devem sua existência e comportamento a outras “coisas” – seus significados.⁵

4 Cf. a esse respeito, Solomon 1988.

5 Esse tipo de visão da linguagem será reincidente na história do pensamento ocidental, já podendo ser discernido em suas raízes, nos escritos de Platão e Aristóteles:

“Não devemos nos surpreender se cada Legislador das palavras não utiliza as mesmas sílabas, como todos os ferreiros não utilizam o mesmo ferro, mesmo quando fazem o mesmo instrumento para o mesmo fim. Desde que eles produzam a mesma *idéia*, o instrumento é igualmente bom seja aqui ou para os Bárbaros” (*Crátilo*, 389d, 390a).

“Os sons falados são símbolos das afecções da alma; e as marcas escritas são símbolos dos sons falados. E assim como as marcas escritas não são as mesmas para todos os homens, tampouco o são os sons falados. Mas as afecções da alma – aquilo que os sons falados simbolizam em primeiro lugar – são as mesmas para todos, assim como também o são as coisas reais às quais essas afecções se assemelham” (*Da Interpretação* 16a3).

A sugestão implícita ou explícita nesse tipo de visão parece ser, com efeito, que “a linguagem só é inteligível, a comunicação só é possível” pela virtude que têm as palavras de representar tais entidades extralingüísticas, de simbolizar algum tipo de essência (cf. Barbosa Filho 1973:80-81). Como esclarece S. Cavell, ao buscarem explicação para o fato “bastante óbvio” de que a maioria das palavras possui aplicação geral e não particular – aplicam-se quase sempre a uma multiplicidade de coisas fenomenicamente distintas entre si –, filósofos têm sugerido que isso se deve justamente ao fato de que se referem a *algo* compartilhado entre os particulares em questão (cf. Cavell 1979:169). Tem-lhes parecido, em outras palavras, que “há de haver algo de comum” a todas as coisas que designamos com um termo, pois, do contrário, não teríamos como explicar a própria possibilidade dessa designação (IF § 66). Desse ponto de vista, em resumo, “a multiplicidade fenomenal não pode ser senão fonte de dispersão semântica, e só uma essência é capaz de sustentar a ‘unidade formal’ [...] que assegure a identidade e a imutabilidade da significação” (Barbosa Filho 1973:79).

É nesse espírito que, diz-nos Austin, nas tentativas filosóficas de determinar o que é exatamente esse *algo comum* – na busca de respostas para a questão *o que é o significado de uma palavra?* –, “um sem-número de respostas reconfortantes se apresentam: ‘um conceito’, ‘uma idéia’, uma ‘imagem’, ‘uma classe de experiências sensoriais semelhantes’ etc”.⁶ Respostas que sugerem todas que os usos variados de uma palavra se originam em um único ponto, representam uma mesma entidade, que os governa, constituindo a explicação para sua unidade. Respostas que têm como denominador comum a idéia que a palavra codifica *algum* tipo de entidade (real, virtual, mental), dotada de *algum* tipo de existência (no mundo físico, em uma dimensão platônica das idéias, na mente humana) – em todos os casos, é esta entidade que impede a dispersão semântica nas múltiplas instâncias de uso de uma palavra, assegurando a constância da significação e possibilitando-nos, assim, reconhecer a palavra como a *mesma* em diferentes situações. A relação entre palavras e significados é assim concebida segundo o modelo “objeto-designação”; palavras são, basicamente, *nomes* de entidades (cf. Barbosa Filho 1973:78).

Wittgenstein nos permite ver que os raciocínios do tipo “de que outra forma a linguagem poderia funcionar?”, que subjazem à adoção de visões entitativas do significado na Filosofia (e também na Lingüística), articulam-se com uma série de outros pressupostos acerca da linguagem: acerca do que é aprender uma língua, acerca de como e por quê produzimos e compreendemos expressões lingüísticas, acerca do que significa para a linguagem ser um fenômeno *regulado*.

Na abertura das *Investigações Filosóficas*, encontramos citada uma passagem da autobiografia de Santo Agostinho, em que ele descreve como teria aprendido sua língua em criança. Que Wittgenstein tenha decidido abrir seu texto com essa passagem é uma indicação da importância que ganha ali

a reflexão sobre o que é aprender uma língua – com efeito, para alguns de seus leitores, “as 693 seções que constituem a parte I das *Investigações* podem ser compreendidas como explorações das conseqüências dessa cena” inicial de instrução (Cavell 1988:132; v. tb. Barbosa Filho 1973:77). Ressalve-se, no entanto, que a passagem é citada não por constituir uma teoria da linguagem ou do aprendizado plenamente especificada, mas antes por apresentar de forma clara “um paradigma ou ‘imagem’ proto-teórica que merece atenção crítica por estar tacitamente subjacente a teorias filosóficas sofisticadas” (cf. Glock 1997:370-374). Aprender uma língua, segundo essa imagem, é, em primeiro lugar, adquirir um instrumento de descrição – “damos nomes às coisas para podermos *falar delas*” (IF §27, grifo meu).

Sob esse ângulo, “as coisas” devem existir para nós como entidades diferenciadas antes que possamos ou precisemos “falar delas”: “como preparação para aprender minha língua preciso já ter [...] um mundo nomeável” (cf. Cavell 1996a:292). A posse, construção ou apreensão de conceitos, representações gerais de experiências particulares, é vista, então, como algo logicamente anterior ao aprendizado de uma língua. Melhor dizendo, o aprendizado de uma língua *pública* supõe a posse prévia de uma espécie de linguagem *interior*, uma linguagem do pensamento: na visão agostiniana, diz-nos Wittgenstein, o aprendizado de uma língua humana é descrito como se “a criança chegasse a um país estranho e não compreendesse a língua desse país; isto é, como se já tivesse uma língua, só que não essa” (IF §32). A linguagem “prévia” do pensamento seria, dentro desse quadro, uma conquista individual, um resultado da aplicação das faculdades cognitivas do aprendiz às suas experiências com a realidade circundante. A interação verbal com outros seres humanos viria, por assim dizer, “depois”, e seria motivada, antes de mais nada, por um impulso descritivo: “falar das coisas”. Aprender uma língua é, em primeiro lugar, nessa ótica, aprender *nomes* públicos para conteúdos mentais particulares e adquirir a capacidade de combiná-los para formar enunciados capazes de *descrever* as coisas (“...palavras denominam objetos – frases são ligações de tais denominações.”; IF §1).

Uma vez adquirida uma “língua pública”, dentro desse raciocínio, seu uso em situações concretas de interação verbal envolverá centralmente processos mentais de codificação e decodificação. A *produção* de uma expressão lingüística suporá, da parte do falante, “um ato ou estado mental especial”, no qual aos conceitos seja conferida, por assim dizer, uma “roupagem perceptível” – no qual significados sejam traduzidos em palavras. A *compreensão* de uma expressão da linguagem, por sua vez, exigirá do ouvinte, inversamente, o fornecimento ou a adoção de uma interpretação para ela – a realização de um outro ato mental (ou a entrada em um outro estado), no qual as palavras sejam associadas aos significados que representam. Para Wittgenstein, a imagem representacionista da linguagem faz sugerir, pois, “que o todo essencial da comunicação reside no fato de um outro apreender o sentido de minhas palavras – algo anímico –, de recebê-lo, por assim dizer, no seu espírito; quando ele, além disso, faz alguma coisa com elas, isto então

não pertence mais à finalidade imediata da linguagem” (IF §363). A comunicação verbal é vista, em suma, sobretudo como um “processo telementacional, em que o objetivo é a transferência de um pensamento na mente de A para a mente de B” (cf. Harris 1988:99; v. tb. Glock 1997:90-94; Baker & Hacker 1980, 322-331; Hale 1997:369-392).

Que esse processo comunicativo funcione é algo que supõe, nessa perspectiva, como já se disse, que as significações codificadas pelas palavras correspondam, regular e trans-subjetivamente, a algum tipo de entidade estável. E, para que as operações mentais envolvidas na produção e na compreensão de expressões lingüísticas possam funcionar adequadamente em renovadas e diferentes situações, é preciso que a apreensão do significado de uma palavra seja ao mesmo tempo a apreensão de uma *regra* ou *mecanismo* que determine de antemão as suas aplicações possíveis, incluindo-se aí as combinações com outras palavras em sentenças, para a descrição de incontáveis estados de coisas, para a expressão de inumeráveis conteúdos mentais: nas palavras de Wittgenstein, essa visão traduz-se, pois, na idéia de que “quem profere uma frase e *quer dizer algo* com ela ou a *compreende*, realiza aí um cálculo segundo regras bem definidas” (IF §81; v. Baker & Hacker 1984:334). O modelo do *cálculo* para a compreensão da linguagem – a idéia de que “ao falar uma língua, operamos, no pensamento, um complexo sistema de regras exatas” (Glock 1997:64) – parece, pois, associar-se mais ou menos naturalmente à visão representacionista da linguagem que Wittgenstein terá sob a mira de sua crítica (Cf. Glock 1997:64-69, 323-329; Baker & Hacker 1984:11; Pears 1992:526). Dizer que a linguagem é um fenômeno regulado, sob essa ótica, equivale a dizer, então, que se deixa governar por algo que lhe é anterior e exterior, e que incide sobre ela de modo determinístico.

Pode-se dizer, em resumo que, na sugestão de Wittgenstein, a imagem de linguagem que subjaz a teorias filosóficas de inclinação essencialista articula os seguintes pressupostos: (a) os significados são entidades autônomas; (b) a função precípua da linguagem é representar tais entidades, servir-lhes de sinal; (c) aprender uma língua envolve nuclearmente adquirir nomes para significados e regras para combiná-los, supondo-se aí a posse prévia de uma espécie de linguagem do pensamento; (d) a interação verbal envolve centralmente operações mentais de tradução e interpretação; (e) tais operações são guiadas por um sistema de regras ou mecanismos bem definidos, que pré-determinam as possibilidades de uso concreto da linguagem.

Convém repetir que não se trata aqui de compreender a descrição acima como correspondente a uma *teoria* específica, sustentada nesses termos e explicitamente em algum momento da história do pensamento ocidental. Deve-se compreendê-la, antes disso, como uma imagem proto-teórica *subjacente* a teorias em geral muito mais sofisticadas, que, em suas múltiplas versões, acabam, de um modo ou de outro, esposando a idéia básica de que a estabilidade semântica das palavras decorre de elas *representarem* regularmente algo que lhes é exterior. Wittgenstein vai procurar subverter essa imagem.

3. Recalcitrância instrutiva: a alternativa wittgensteiniana

Que o projeto de determinar o que uma coisa é – que tem como correlato a identificação do significado de uma palavra – tem sido sistematicamente frustrado na história da Filosofia é algo que, como vimos, Wittgenstein parece reconhecer, nisso alinhando-se com muitos outros filósofos de inclinação anti-essencialista e anti-representacionista. A frustração repetida de uma empreitada pode engendrar novos recomeços com novas estratégias, ou pode conduzir a uma desistência. Wittgenstein parece, sem dúvida, encorajar-nos a tomar o segundo caminho – e essa não é, lembremo-nos, a sugestão de um mero observador *externo* de uma história de equívocos, já que o primeiro Wittgenstein foi, ele mesmo, o autor de uma teoria representacionista. Ao instar-nos a abandonar o projeto essencialista, no entanto, Wittgenstein não estará com isso sugerindo que não há ganho filosófico nessa desistência, que ela corresponde meramente ao reconhecimento de que fomos, por assim dizer, vencidos pelo cansaço. Há uma eloquência na situação de recalcitrância com que a filosofia essencialista se defronta sistematicamente – ela pode ser instrutiva e reveladora, mesmo que o que nos franqueie sejam *limites* (cf. Barbosa Filho 1973:91). Em uma perspectiva wittgensteiniana, o reconhecimento desses limites coincide com uma maior clareza conceitual acerca da linguagem.

Wittgenstein chama a nossa atenção para o seguinte fato: a dificuldade de circunscrever os limites do significado de um nome (de determinar o que uma coisa é) não se manifesta somente na lida com as palavras ou conceitos “mais nobres” que têm historicamente interessado os filósofos (“ser”, “eu”, “conhecimento”, etc.); faz-se sentir de forma geral, ao contrário, em tentativas de determinar o significado de quase qualquer palavra. Isso porque decorre, não dos mistérios inerentes aos temas abordados, mas antes de um aspecto central do funcionamento da linguagem – o fato de que os vários usos de uma palavra não se organizam de forma estável em torno de um núcleo comum de significado; constituem tipicamente, em vez disso, “uma complexa rede de similaridades que se sobrepõem e se entrecruzam”, sem contudo apresentarem “qualquer coisa que seja comum a *todos*” (IF §66). De acordo com Wittgenstein, portanto, quando tentarmos retirar uma palavra de seus contextos de uso e determinar, em termos absolutos, de que exatamente ela é um sucedâneo, seremos em geral confrontados com uma situação de resistência. Ao nos darmos conta disso, podemos ser levados a pensar – ou a *ver*, como talvez preferisse Wittgenstein – que a função da palavra talvez não seja primordialmente a representativa.

Sob esse ângulo, então, a recalcitrância da palavra em ter circunscrita e determinada a entidade que supostamente representa não será mais *um obstáculo a transpor* – será *um fator a considerar*. Um motivo para reexaminar a suposição de que tal entidade existe em primeiro lugar, e para pensar em como a linguagem pode funcionar no caso de ela não existir.

Wittgenstein convida-nos, então, a aprender algo com “as contusões que o entendimento ganha ao investir de cabeça contra os limites da linguagem”, para que, no melhor dos casos, essas “contusões nos façam ver o

valor da descoberta” (IF §119). É nesse espírito que ele se empenha em dissipar a “bruma que envolve o funcionamento da linguagem”, tornando impossível enxergar claramente (IF §5).

Começa assim a jornada crítica de suas *Investigações*, colocando em questão, em primeiro lugar, a tendência, comum em reflexões sobre a linguagem, de concentrar a atenção em “nomes como ‘mesa’, ‘cadeira’, ‘pão’, e nomes de pessoas [...], como se as demais espécies de palavras pudessem cuidar de si mesmas” (§1). Essa tendência favoreceria, para ele, a visão da linguagem sob o prisma do modelo “objeto-designação” – um *reducionismo semântico*, em que se toma a “nomeação como paradigma de toda significação” (Barbosa Filho 1973:82-83). O raciocínio segundo o qual *palavras são nomes de coisas* associa-se naturalmente à idéia de que a função precípua da linguagem é *representar*: os enunciados lingüísticos, sendo combinações de nomes, serviriam basicamente para representar ou descrever estados de coisas. Wittgenstein verá, com efeito, nessa “dieta unilateral”, em que “o pensamento é nutrido com um único tipo de exemplo” (§593), a raiz de muitos males filosóficos, e chamará nossa atenção para o modo como ela oblitera “a indizível diversidade de todos os jogos de linguagem cotidianos”, entre os quais aquele em que descrevemos estados de coisas é apenas um (p. 224).⁷

Ao criticar a idéia de que “damos nomes às coisas para podermos falar delas”, Wittgenstein nos convida, então, a constatar as inúmeras outras funções que motivam o uso da linguagem, salientando, por um lado, que “falar das coisas” é somente uma delas, e, por outro, que, na maioria das vezes, nos referimos às coisas enquanto “fazemos as mais diversas coisas com nossas sentenças” (IF §27, grifo meu). Questiona, assim, a propensão filosófica, tácita mas arraigada, de tomar o impulso descritivo como o fator nuclear de emergência da linguagem: “não faz sentido dizer que a linguagem é ‘importante’ ou ‘necessária’ para comunicarmos nosso significado. Mas ela pode ser importante para construir pontes e fazer outras coisas do gênero.”⁸

O cerne da crítica de Wittgenstein à concepção representacionista parece, com efeito, residir em sua oposição à idéia de que a significação é algo logicamente anterior à *praxis* lingüística. Somos instados por ele a ver a linguagem, não como um instrumento de representação, mas antes como uma parte *indissociável* das atividades “indizivelmente múltiplas” de que participamos (que em muito excedem, é claro, a “construção de pontes e coisas do gênero”; cf. IF §23). É considerando indissolúvel o vínculo entre a linguagem e as atividades humanas que entretecem essa “nossa complicada forma de vida” (IF p. 224) que Wittgenstein sustenta que o significado das expressões lingüísticas tampouco pode ser compreendido como uma propriedade dessas expressões que independe de seus *usos* em certos contextos.

7 Observe-se a prevalência dessa “dieta unilateral” nas teorias semânticas desenvolvidas na Lingüística, que fica evidente quando constatamos o espaço quase exclusivo concedido aos enunciados declarativos nas análises desenvolvidas, sobretudo nas teorias inspiradas nos desenvolvimentos da Lógica Formal, mas também em alguns modelos que combatem essa inspiração. Ver a esse respeito Hacker & Baker 1984:321-355.

8 *Wittgenstein's Lectures: Cambridge, 1930-32*, p. 61, citado em Perloff (1996:58).

Experimentar a força e o alcance do olhar wittgensteiniano supõe, no entanto, como já se disse, ultrapassar uma fixação superficial no slogan “o significado está no uso”, e repensar, tomando o ponto de vista que ele apenas emblematiza, as questões gerais sobre a linguagem que, como vimos, vêm sendo amiúde respondidas com base em pressupostos representacionistas: questões acerca do que é aprender uma língua, acerca de como produzimos e compreendemos as expressões lingüísticas, acerca do que significa para a linguagem ser um fenômeno *regulado*.

Em primeiro lugar, trata-se de reconsiderar a idéia de que aprender uma língua é, em algum sentido básico, uma questão de aprender nomes. S. Cavell responde de forma particularmente clara ao apelo de Wittgenstein no que tange a esse ponto.⁹ A consideração da cena do aprendizado será útil aqui justamente porque jogos de linguagem “de nomear” são aí bastante comuns: adultos tipicamente se empenham em ensinar às crianças os nomes das coisas (em casa, na rua, nos livros de figuras, etc.); crianças amiúde começam, em um dado momento, a perguntar pelos nomes das coisas. E que esse tipo de jogo de linguagem seja recorrente no aprendizado de uma língua é algo que talvez constitua uma razão a mais para que a nomeação seja tantas vezes tomada como o paradigma da significação. Assim, para que a ocorrência típica de tais jogos *no princípio* do uso da linguagem não seja interpretada como evidência de que a relação objeto-designação constitui de fato *o princípio* fundamental da linguagem, Cavell enfatiza a importância de se compreender que, para Wittgenstein, a inadequação da visão representacionista não está apenas na desconsideração de “que ‘a linguagem tem muitas outras funções’ além de nomear coisas”; reside também no fato de “que a maneira como os filósofos explicam a nomeação torna incompreensível que a linguagem possa desempenhar essa função” (Cavell 1979:173, v. tb. Fogelin 1996:38-9).

Em outras palavras, não é que a visão agostiniana seja *incompleta*, ainda que adequada com relação ao uso de linguagem particular que tematiza. Trata-se de ver que ela é problemática mesmo quanto a esse uso específico, uma vez que “encerra suposições ou imagens acerca do que é ensinar, aprender, apontar, nomear [...] que acabam por mostrar-se vácuas, isto é, que nos dão apenas a ilusão de que constituem explicações (Cavell 1996a:266). Tais “suposições ou imagens” gravitam em torno da crença de que essas atividades têm como meta ou resultado o estabelecimento de *conexões* entre a linguagem e o mundo – quer se trate do mundo real, quer de um mundo mentalmente projetado. Caminhando na direção de questionar essas suposições, Cavell nos provoca a refletir mais detidamente sobre o que de fato queremos dizer quando afirmamos que uma criança aprendeu (conosco) uma (nova) palavra.¹⁰

9 Refiro-me especificamente ao capítulo VII de *The Claim of Reason* (Cavell 1979), e ao ensaio *Notes and Afterthoughts on the Opening of Wittgenstein's Investigations* (Cavell 1996a).

10 É de fundamental importância que fique claro aqui que as reflexões de Wittgenstein sobre o que é aprender uma língua *não* se qualificam como investigações psicolingüísticas de natureza empírica, como ele mesmo trata de deixar claro (cf. *Fichas* § 412).

Descrevendo algumas situações típicas de jogos de linguagem de ensinar e aprender, Cavell procura mostrar “que talvez suponhamos rápido demais que sabemos o que é, nessas situações, que nos faz dizer que a criança está aprendendo algo”, instando-nos a “reconsiderar o fato óbvio de que não há entre aprendizado e maturação a diferença clara que por vezes supomos haver” (1979:171). Para esclarecer o raciocínio de Cavell, é útil aqui reproduzir uma das situações que descreve:

Tomemos o seguinte exemplo: Suponha que minha filha sabe agora uma dúzia de palavras. [...] Uma das palavras que sabe, como estará registrado no seu Livro do Bebê, é “gatinho”. O que significa dizer que “ela sabe a palavra”? O que significa dizer que “ela a aprendeu”? Considere o dia em que, depois de eu dizer “Gatinho” apontando para um gato, ela repetiu a palavra e apontou para o animal. O que “repetir a palavra” significa aqui? Tudo o que eu sei (e saberá ela mais do que isso?) é que ela produziu o som que eu produzi e apontou para aquilo para que eu aponte. [...] Ela produziu um som (imitou-me?) que eu aceitei como sendo aquilo que eu havia dito, ao qual eu respondi (com sorrisos, abraços, palavras encorajantes, etc.). Na ocasião seguinte em que um gato apareceu [...] ela repetiu o feito. Mais um item na seção “Vocabulário” no Livro do Bebê.

Considere agora o dia em que, algumas semanas depois, sorrindo para uma estola de pele, ela alisou-a e disse “Gatinho”. Minha primeira reação foi surpresa, e, creio, decepção: ela não sabe realmente o que quer dizer “gatinho”. Mas minha segunda reação foi mais alegre: ela quer dizer com “gatinho” o que eu quero dizer com pele [fur]. Ou será que “macio”?, ou talvez “bom de acariciar”? Ou talvez ela não quisesse dizer nada semelhante ao que minha sintaxe registra como “Isto é um X”. [...] Talvez a sintaxe daquela performance devesse ser transcrita como “Isto é parecido com um gato” ou “Olha que gato engraçado” ou “Não são boas as coisas macias?” ou “Está vendo, eu me lembro como você fica feliz quando eu digo ‘gatinho’”, ou “Eu gosto de ser acariciada”. É possível decidir isso? Trata-se de uma escolha entre essas alternativas? [...] Quando, mais tarde, ela pega uma conta de gás e diz “Uma carta”, ou quando, ao ouvir uma música que escutamos juntos muitas vezes, ela pergunta “Quem é Beethoven?”, ou quando aponta para a cobertura da Convenção do Partido Democrata na TV e pergunta “O que você está assistindo?”, posso me dar conta de que não estamos preparados para ir juntos a certos lugares. (1979:172)

O que determina que uma criança *aprendeu* uma nova palavra? Sob o olhar representacionista, seria o estabelecimento de uma conexão mental entre essa palavra e uma coisa (uma classe de experiências, um conceito, etc.). Salientando o fato óbvio de que as crianças aprendem a dizer palavras bem antes que nos inclinemos a afirmar que elas de fato *sabem* seu significado, Cavell nos convida a questionar se é assim tão clara, para nós, nesse caso, a diferença entre maturação e aprendizado: quando é que, em uma visada representacionista, poderemos inferir que a conexão *correta* foi estabelecida? Será esta uma questão empírica? Em um espírito wittgensteiniano, Cavell procura chamar nossa atenção para o fato de que o critério que utilizamos para aferir se uma palavra foi aprendida é *unicamente* o seu uso legítimo nos contextos apropriados. Constatar isso pode nos levar a pensar que aprender o significado

de uma palavra talvez não seja conectá-la, com finalidade primeiramente descritiva, a um suposto *resultado* cognitivo. Talvez, aprender o significado de uma expressão lingüística seja algo que não se dissocia de aprender a tomar parte nas formas de vida de que ela participa – e isso valeria para os casos óbvios como “carta”, “convenção”, “partido”, “democrata”, *mas também* para os casos menos nítidos como “gatinho”, “céu”, “mão”, etc., em que nos é talvez mais fácil – e tentador – sobrepor a imagem do agente cognitivo aplicando suas faculdades mentais à realidade, tratando (sozinho) de dar sentido ao mundo que o cerca.

O ponto a destacar aqui é que, segundo o ângulo wittgensteiniano, o significado de uma palavra não é um *objeto* (real ou mental) a que ela se refere de forma isolada, *uma coisa* que ela supostamente vem a representar uma vez adquirida a linguagem. Pois, mesmo quando, mais tarde, a criança nos interpela e pergunta o nome de um objeto, nem aí fará sentido supor que isso redunde ou tenha como meta o estabelecimento de uma conexão mental entre um nome e um significado. No jogo de linguagem de nomear – que, note-se, deve ser *aprendido* –, estabelecer ligações entre palavras e objetos *não coincide* com revelar ou conhecer os seus significados: quando uma criança pergunta “O que é isso?” ou “Qual o nome disso?” e respondemos, por exemplo, “um mapa” ou “uma cafeteira” ou mesmo “uma abóbora”, conexões nome-objeto são estabelecidas, mas não franqueiam por si sós os significados das palavras – estes só podem ser conhecidos e aprendidos no contexto das atividades humanas em que essas palavras e esses objetos se inserem e das quais não se dissociam.

A interação verbal *não* será, desse ponto de vista, movida, em sua raiz, por um impulso descritivo logicamente posterior a generalizações mentais de nossas experiências. Se pudermos contemplar, contra uma inclinação arraigada na história do pensamento ocidental, a possibilidade de que esse ponto de vista seja em algum sentido revelador, entenderemos o que Cavell, inspirando-se em Wittgenstein, quer dizer quando afirma, em relação à sua aprendiz:

‘Gatinhos’ – aquilo que nós chamamos “gatinhos” – não existem ainda em seu mundo; ela ainda não adquiriu as formas de vida que os contêm. Não existem mais ou menos da mesma forma que cidades e prefeitos não existirão senão muito depois de abóboras e gatinhos [...] (1979:172)

Ou quando conclui que

Ao “aprendermos uma língua” não aprendemos apenas quais são os nomes das coisas; mas o que é um nome; não apenas a forma para expressar um desejo, mas o que é expressar um desejo; não apenas qual é a palavra para “pai”, mas o que é um pai; não apenas a palavra para “amor”, mas o que é amor. Ao aprendermos uma língua, não aprendemos somente a pronúncia dos sons ou sua ordem gramatical, mas as “formas de vida” que fazem desses sons as palavras que são, que fazem com que realizem os feitos que realizam – nomear, chamar, apontar, expressar desejo ou afeição, indicar uma escolha, uma recusa, etc. (1979:177-8)

Dentro dessa perspectiva, em suma, ter aprendido uma língua não será equivalente a ter adquirido um sistema de representação – corresponderá, antes, a ter aprendido a tomar parte nos incontáveis jogos de linguagem que

se entretecem com nossas atividades humanas, determinando-as e ao mesmo tempo sendo por elas determinados.

Adotar esse tipo de visão não representacionista do aprendizado de uma língua coincidirá naturalmente com renunciar ao compromisso com a representação também no que diz respeito aos processos de produção e compreensão da linguagem, uma vez adquirida. Trata-se aqui de um dos pontos mais difíceis da filosofia de Wittgenstein – particularmente difícil, talvez, para lingüistas que, como eu, tenham sido formados em uma tradição acostumada a identificar a mínima ameaça de aproximação não mentalista da compreensão lingüística com uma imediata e concomitante adesão ao malfadado ideário behaviorista. Compreender a alternativa wittgensteiniana supõe aqui, então, desarmar esse tipo de pré-julgamento – “o behaviorismo, longe de ser a posição advogada por Wittgenstein, é algo de que ele deseja nos liberar”¹¹. A imagem cartesiana da mente como um “palco mental privado” será rejeitada, assim como no behaviorismo, mas rejeitar-se-á também, com igual veemência, a alternativa, proposta nesta vertente, de ver o corpo como um mero mecanismo, de compreender o comportamento humano em termos de movimentos físicos “descoloridos”, de ver o homem como um feixe de disposições que se concretizam automaticamente na presença de certos estímulos (cf. Glock 1997:87-90). Diremos para começar, pois, que Wittgenstein fornece uma explicação *não-psicológica* da compreensão lingüística, que não deverá ser confundida com explicações behavioristas *anti-psicológicas* – ele não negará que a compreensão da linguagem possa se fazer acompanhar de processos mentais, mas apenas que qualquer processo específico dessa natureza *consista* nessa compreensão (v. Baker & Hacker 1980: 321-346).

Wittgenstein articulará, para começar, a idéia de que a compreensão de um proferimento lingüístico não é uma *experiência* mental com a idéia de que nada de *específico* precisa acontecer em minha mente *para que* eu possa compreendê-lo. O caráter não experiencial da compreensão da linguagem tem sido reconhecido na maioria das teorias representacionistas, que não verá problemas em admitir o fato fenomenicamente óbvio de que, quando entendemos uma expressão, em geral não experimentamos na mente nada de particular ou característico. Essa constatação não tem, entretanto, coincidido com a conclusão de que nada em particular precisa acontecer na mente para que a compreensão possa se dar. Teorias de inclinação mentalista têm sustentado que acontecimentos mentais específicos *são* de fato essenciais à compreensão; só que não são acessíveis à nossa consciência. Sem esses mecanismos ocultos, acreditam os que adotam esse ponto de vista, a comunicação, envolvendo como envolve a compreensão e a produção de enunciados inteiramente inéditos em situações sempre renovadas, ficaria sem explicação.

Wittgenstein nos provoca a contemplar a seguinte possibilidade: será que a necessidade de postular tais mecanismos ocultos não decorre de termos aprioristicamente adotado uma visão representacionista da linguagem?

11 cf. Sluga 1996:338; v. tb. Glock 1997:88-89; Cook 1969:117-151. Para exemplos de passagens em que Wittgenstein tematiza explicitamente o behaviorismo, v. *IF* §§304-308).

Se a linguagem é fundamentalmente um sistema de representação, se os significados são entidades mentais autônomas para as quais ela serve apenas de sinal, se a comunicação depende de atos ou estados mentais de codificação e decodificação e se nada disso é acessível à nossa consciência, *então* mecanismos ocultos altamente complexos devem necessariamente existir para que possamos compreendê-la. Mas e se não for nada disso? O que nos levou a adotar esse ponto de vista em primeiro lugar? Talvez não mais que uma “dieta unilateral”.

Se nos inclinarmos a olhar a linguagem não como um *instrumento* de que um agente cognitivo lança mão para representar algo, mas antes como uma forma de vida em que existimos e tomamos parte, talvez possamos pensar na compreensão de uma expressão lingüística de uma outra maneira. Podemos talvez concebê-la sob um ângulo em que ela não seja vista como nada de tão oculto, nada de tão distinto ou distante (a) daquilo que os falantes da língua poderiam dizer caso lhes pedissem para explicar a expressão (ou, em todo caso, reconhecer como uma explicação adequada); (b) das formas como os falantes (re)agem nos jogos de linguagem em que a expressão comparece.

Antecipando objeções a esse tipo de caminho, Wittgenstein nos diz: “E assim parecemos ter negado os processos mentais. E naturalmente não desejamos negá-los!” (IF §308). Esclareçamos, pois, o que Wittgenstein está inclinado a negar aqui. A compreensão supõe a posse de um cérebro com determinadas características e uma certa complexidade? Obviamente. A compreensão da linguagem depende da ocorrência de certos eventos neuronais no cérebro? Assim indica a neurociência. Quando compreendemos um enunciado, processos ou estados mentais concomitantes podem ocorrer? Sem dúvida: uma imagem pode me passar pela cabeça, ou posso ter uma lembrança súbita da infância; ou ficar com vontade de rir; ou entristecer-me; ou entediar-me; ofender-me, etc. A compreensão de uma expressão é o evento cerebral que a acompanha (mesmo que necessariamente)? Não. É algum processo ou estado específico que ela deflagra ou ativa uniformemente nas mentes de qualquer um que a ouça? Não. É a concretização de uma disposição comportamental específica que ela causa uniformemente nos homens (organismos fisiológicos; autômatos lingüísticos) sempre que é ouvida? De forma alguma. O que é, então? Ouçamos as sugestões de Wittgenstein:

Compreender uma frase é compreender uma língua. (IF §199)

Com efeito, você domina essa língua [...]; mas esse dominar é algo que acontece enquanto você profere a frase? (IF §20)

Como observa B. Barbosa a esse respeito, “Wittgenstein deseja, antes de tudo, dilatar ao máximo o campo de consideração: ele quer partir do ‘pleno da linguagem’ – a compreensão de uma sentença dependerá, nesse espírito, de algo mais *lato*, a compreensão de uma língua. E o que é compreender uma língua? Na sugestão de Wittgenstein, algo como ser capaz de entrar em um *jogo*, uma noção com a qual “ele entende manifestar a prioridade da linguagem em relação às palavras, do discurso em relação ao conceito” (Barbosa Filho 1973:88). Compreender uma sentença é, então, dominar uma *praxis*. Ou seja: não é decifrar um *algo* que a sentença isolada

representa, mas ter algum domínio sobre os lances que ela pode desempenhar no jogo da linguagem como um todo (cf. Glock 1997:91 e segs.). A idéia de que compreender uma expressão da linguagem é realizar um ato mental ou adentrar um estado mental no qual ela é interpretada (o inverso ocorrendo com a produção de uma expressão) não terá, portanto, espaço aqui. A comunicação não envolverá, sob essa ótica, *acontecimentos* mentais necessários ou suficientes *ocorrendo* a cada “fragmento” de interação verbal, “cálculos feitos com a rapidez de um relâmpago” (Baker & Hacker 1984:354): compreender uma sentença – uma língua – será, antes, uma *condição permanente* [*an abiding condition*], como que uma *habilidade* manifesta no modo como agimos e no modo como explicamos as expressões em questão quando solicitados a fazê-lo (Glock 1997:94).

A compreensão de uma expressão da linguagem não será, pois, nessa ótica, algo oculto, “inacessível à mente consciente”, qualitativamente distinto dos critérios públicos que utilizamos normalmente para aferir se alguém compreendeu algo que se disse. E estes critérios se resumem unicamente no modo como esse alguém se comporta no jogo da linguagem – o que determina se compreendemos a expressão lingüística *nada* mais é do que o modo como demonstramos essa compreensão na maneira como nos comportamos.¹² O que equivale a dizer que, ao fim e ao cabo, o que determina se compreendemos uma expressão é nossa manifestação dessa compreensão ser *aceita* como lance legítimo no jogo da linguagem, ser tomada como adequada no *contexto* particular em que ela é produzida: na situação particular, segundo os costumes da cultura particular, no momento particular da história, etc. Mas isso não faz da compreensão de uma expressão da linguagem (seu significado) algo variável e contingente, dependente de elusivos e muitas vezes questionáveis parâmetros de “normalidade”? Faz. Aquela “reconfortante” operação uniforme e trans-subjetiva, que, para os representacionistas, “apenas aparentemente não acontece” na mente, será vista como algo que de fato não comparece – “não há uma coisa singular e única que a pessoa deve saber para satisfazer os critérios de compreensão de uma sentença qualquer” (Baker & Hacker 1984:354). A radicalidade das conseqüências desse tipo de visão não deve ser subestimada: contemplar a plausibilidade desse ponto de vista é reconhecer que “talvez a linguagem (a compreensão, o conhecimento) se assente sobre uma base muito instável” (Cavell 1979:179). Voltaremos a estas conseqüências mais adiante, depois que tivermos explorado um pouco mais detidamente o tipo de *estabilidade* que se pode atribuir à linguagem e ao significado dentro de uma visão wittgensteiniana.

Que a linguagem é uma atividade governada por regras é sem dúvida uma convicção de Wittgenstein, saliente, por exemplo, na onipresença da metáfora do *jogo* nas suas *Investigações* (v. Glock 1997:312-318). Sua compreensão do que seja uma regra e do que seja seguir uma regra subverte, no entanto, a visão da regularidade sob o modelo de um “superlativo

12 Deve ficar claro, no entanto, que a compreensão não é *idêntica* ao comportamento que a manifesta – não há, como queriam os behavioristas, qualquer correlação necessária e automática entre uma expressão e um comportamento específico.

filosófico” (IF §192), em que a regra é vista como algo que já contém em si suas possibilidades de aplicação. Tomar o ponto de vista oferecido por Wittgenstein será, mais uma vez, difícil para lingüistas que, como eu, tenham sido formados em uma tradição pós-chomskiana, em que se tem como objetivo justamente a determinação de regularidades lingüísticas trans-históricas e trans-culturais, regularidades “superlativas”, que devem caracterizar de antemão o que pode e o que não pode ser uma língua humana. Poucos lingüistas, sustentariam, é claro, que a “superlatividade” das regras ou princípios que propõem se estende sobre *todo* o território da linguagem; admitirão, no mais das vezes, que, no estudo da linguagem, nem todas as coisas são *problemas* passíveis de aproximação, havendo também espaço para alguns *mistérios*, para que o *imprevisível* aconteça. Mas quase sempre sugerem que problemas e mistérios – o previsível e o imprevisível, o regular e o irregular – ocupam regiões diferenciadas, e que, por isso, uma *parte* significativa do fenômeno da linguagem pode ser bem explicada, antes que cheguemos a esbarrar na sua *parte*, digamos, misteriosa. Tomar o ângulo wittgensteiniano envolve transformar esse olhar – estar preparado para conceber a presença do imprevisível em cada centímetro do território que a linguagem institui. Nas palavras de Wittgenstein, (*On Certainty* §559):

É preciso não esquecer que o jogo da linguagem é dizer o imprevisível – isto é: não se baseia em fundamentos.

Não é razoável (ou irrazoável)

Está aí – como a nossa vida.

Mas em que sentido, então, uma atividade centralmente governada por regras pode ainda assim ser centralmente imprevisível? Vejamos.

Duas objeções que um adepto da visão representacionista (especialmente se for lingüista) poderia colocar de saída em relação à concepção wittgensteiniana da compreensão da linguagem seriam as seguintes: “Pois bem, suponhamos que o significado de uma expressão lingüística seja realmente o seu uso na linguagem. Como, então, explicar (a) o fato de que compreendemos e produzimos sentenças que *nunca* foram antes usadas, e (b) o fato de que não podemos simplesmente *usar* a linguagem da maneira que melhor nos apraz, sob pena de tornar inexecutável a comunicação? A minha explicação é que temos representadas na mente as unidades da linguagem e regras ou princípios para sua combinação, sendo que esses dois tipos de entidades mentais possuem propriedades universais. Qual é a sua explicação?”

Em relação à primeira objeção, Wittgenstein talvez se inclinasse a sugerir que o problema é, ele mesmo, engendrado pelo modelo adotado: “interpretamos o enigma criado por nosso próprio mal-entendido como sendo o enigma de um processo incompreensível”.¹³ Se concebemos a compreensão lingüística como um *resultado mental específico*, então é natural indagar como é possível que indivíduos cheguem a alcançá-lo uniformemente em situações completamente inéditas, e é compreensível que se conceba a linguagem sob o

13 *Philosophical Grammar*, p. 155 (citado em Baker & Hacker 1984:346).

modelo de um *cálculo* universal, posto em operação enquanto a utilizamos. Se, por outro lado, abandonamos a noção de que compreender uma expressão da linguagem é estar em algum estado ou configuração mental determinada, em benefício da idéia de que é uma *habilidade* manifesta de ilimitadas maneiras naquilo que *fazemos*, talvez o enigma não se coloque com tanta força. Pois, como observam G. Baker e P. Hacker,

A compreensão tem o caráter 'aberto' comum às habilidades. É da natureza de muitas habilidades que sua aquisição possibilite-nos fazer coisas que nunca foram feitas. Muitas das habilidades humanas são plásticas. Aprender a desenhar ou a pintar, fazer vasos de cerâmica, representar ou fazer mímica etc são habilidades que envolvem uma abertura que seria mal representada se tomada como algo misterioso ou enigmático. Pois seria absurdo admirarmo-nos com o enorme número de quadros possíveis que um artista pode pintar, o incontável número de vasos que o ceramista é capaz de fazer, o sem-número de papéis potenciais que o ator pode representar. (1984:354)

A questão da novidade das sentenças perde o caráter particularmente enigmático, enfim, se considerarmos que, em certo sentido, aquilo que uma sentença *faz* no jogo da linguagem é *sempre* algo novo, tenha ela já sido factualmente produzida ou não – pois o contexto particular em ela que é usada, de que depende aquilo que ela faz, jamais se repete. Nesse sentido, dominar uma língua é ter uma habilidade que é colocada em exercício em situações sempre renovadas. Se, ao atentar para a linguagem, abandonamos o modelo do cálculo e adotamos a perspectiva da capacidade de jogar, podemos, em suma, nos inclinar a não ver como tão especialmente misteriosa a compreensão e a produção de enunciados novos. Isso não é dizer, no entanto, que as múltiplas e renovadas situações em que uma expressão é usada resultam meramente do arbítrio dos falantes – jogos, assim como sistemas de cálculo, possuem regras. Há limites quanto ao que se pode fazer com as palavras, quanto a como se pode usá-las, como bem observa S. Cavell:

A linguagem, aquilo que denominamos linguagem, é tolerante, permite projeções; mas não é qualquer projeção que será aceita, isto é, comunicará. A linguagem é igualmente – definitivamente – intolerante; da mesma forma que o amor é tolerante e intolerante com relação a diferenças, os materiais com relação à pressão, as comunidades com relação a desvios, as artes e as ciências com relação a variações (Cavell 1979:182).

O que nos traz à segunda objeção potencial indicada acima.

O que significa dizer, em uma visada wittgensteiniana, que a linguagem é governada por regras? A idéia de que o significado das palavras é contingente, depende do uso que delas é feito, poderia, em princípio, ser vista como associada à noção de que temos poder individual de deliberação sobre nossa língua, podemos usá-la como melhor nos apraz. Dado que isso é obviamente falso, conceber assim o ponto de vista wittgensteiniano, seria descartá-lo de imediato. Uma atitude um pouco mais caridosa poderia, por outro lado, induzir-nos associar seu ponto de vista a uma imagem *contratualista* da linguagem, sugestiva de que suas regras estão sujeitas, não à vontade

individual, mas antes à deliberação comunitária – nossa língua é como é por mera convenção social, podendo portanto ter alterada, a todo momento, qualquer uma de suas “cláusulas contratuais”. A inadequação dessa alternativa será talvez menos óbvia do que a da anterior – considere-se, por exemplo, a mudança deliberada no uso dos pronomes pessoais masculino e feminino em círculos acadêmicos americanos, em benefício de uma utilização politicamente mais correta, menos sexista, da língua inglesa. Mas ainda assim não satisfaz: afinal, nós herdamos a língua que falamos e, à parte tentativas esparsas e isoladas de “reformá-la”, em geral não podemos deliberar mais sobre ela comunitariamente do que individualmente – as regras lingüísticas parecem exercer sobre nós, ao contrário, um poder coercitivo. Associar à Wittgenstein uma – insatisfatória – visão contratualista da linguagem não constituirá ainda, no entanto, uma boa razão para descartar seu ponto de vista. Pois, pelo menos na leitura que informa este trabalho, ele tampouco adota: “os homens [...] estão de acordo na língua que usam; não é um acordo de opiniões, mas de forma de vida (IF §241, grifo meu).

O que Wittgenstein parece estar sugerindo aqui é que a possibilidade de *deliberar* sobre as regras do jogo (individual ou comunitariamente) suporia, por assim dizer, a possibilidade de *parar de jogar* e observar o jogo de um ponto de vista exterior – algo que não nos é facultado no caso da linguagem. Podemos, naturalmente, fazer generalizações, fornecer explicações *sobre* o uso da linguagem – e freqüentemente o fazemos, quando, por exemplo, ensinamos a alguém o sentido de um termo, corrigimos um uso incorreto, etc. Ao fazermos isso, no entanto, não estaremos avaliando o jogo, por assim dizer, “de fora”, mas antes manifestando nossa habilidade de jogar. Isto é: a explicação é, ela mesma, um lance *no* jogo: “em minhas elucidações referentes à linguagem, já tenho que usar a linguagem inteira (e não uma preparatória ou provisória)” (IF §134; v. Glock 1997:150-153). Tais explicações – que podem, conforme o caso, resumir-se a dois ou três exemplos – funcionam em geral suficientemente bem nas situações em que são produzidas, mas jamais são exaustivas. Não há explicações que sejam completas em si mesmas, que correspondam a uma extrapolação da regra a partir de sua extensão, de seus usos. A explicação que sou capaz de fornecer é, assim como a manifestação de um comportamento aceitável nas circunstâncias relevantes, um *correlato* da compreensão da regra, mas não é a *regra* (cf. Cavell 1979: 183-185)

Sob o ângulo wittgensteiniano, então, a regra não pode ser vista como uma *coisa*, uma entidade platônica ou mental que já contém em si as suas aplicações e que incide sobre as nossas práticas humanas governando-as, por assim dizer, de fora. Acompanhando Wittgenstein na alteração de ponto de vista que ele procura promover, somos levados a questionar nossa tendência a reificar regras. Conduzimo-nos talvez a um raciocínio do seguinte tipo: só posso construir uma lista enumerando, por exemplo, as regras de um jogo *porque elas são aplicadas*; ao construir tal lista, estarei, na verdade, *descrevendo* uma determinada atividade concreta, e não *explicando* por completo o funcionamento de um sistema abstrato que a ela subjaz de forma necessária.

Regras são padrões de correção – “mas nada configura um semelhante padrão a não ser que seja usado como tal” (Glock 1997:316). Na prática de qualquer jogo, ocorrem situações não contempladas pelas regras, ou que trazem dúvidas quanto à sua aplicação. Em qualquer jogo, pode haver mudanças nas regras – “qualquer forma de vida, e qualquer conceito que dela não se dissocia, possui um número *indefinido* de instâncias e direções de projeção.” (Cavell 1979:185, grifo meu). Em qualquer atividade regulada, enfim, o que determina o sentido das regras é a sua prática, seja nos casos em que este consenso se torna, ele mesmo, um objeto de discussão explícita, seja nos casos – como é tipicamente o que se dá nos jogos de linguagem – em que ele se traduz em costumes sobre os quais normalmente não paramos para pensar, sobre os quais “não há consenso de opiniões, mas de forma de vida”. Enunciar um elenco de regras abstraídas das situações concretas de sua aplicação é algo que – embora possa ser feito, com maior ou menor êxito, para satisfazer certas necessidades definidas (considere-se, por exemplo, o código penal de uma comunidade) –, jamais equivale a explicar o funcionamento de uma “coisa” autônoma que incide sobre uma atividade, regulando-a; jamais é o mesmo que *prever*, superlativamente, o funcionamento desta atividade sob o governo de regras apriorísticas.

O que é preciso que fique claro aqui no que diz respeito à linguagem, no entanto, é que dizer que não é governada por “super-regras” – dizer que o significado de uma palavra não é um “super-conceito” que ela *representa* e que restringe de antemão as suas instâncias de aplicação, suas possibilidades de projeção em novos contextos – *não* é dizer que não se deixa governar por regras de espécie alguma, que o sentido de uma palavra não tem qualquer tipo de estabilidade, ou que essa estabilidade não exerce sobre os falantes uma força coercitiva. Compreender a perspectiva oferecida por Wittgenstein supõe contemplar a possibilidade de que a linguagem possa ser estável *sem representar* algo de exterior a ela mesma, “sem ser razoável ou irrazoável”, sem “possuir fundamentos” (*On Certainty* § 559). Atentar para o fato de que, afinal, é *possível* sabermos usar uma palavra em renovados contextos *sem* que sejamos capazes de apontar uma entidade que a governa – “sem produzir a fórmula que determina cada nova ocorrência sua, isto é, sem poder articular os critérios em termos dos quais ela é aplicada” (Cavell 1996:42). E tomar a recalitrância da palavra em ter seu significado circunscrito como uma indicação de que ele de fato não corresponde a qualquer entidade subjacente às as situações em que a palavra é utilizada. Ver, talvez, que não somente a linguagem pode funcionar na ausência de tais entidades como é precisamente assim que ela funciona.

Wittgenstein nos insta, em suma, a levar em conta que “a linguagem não é contígua a qualquer outra coisa; não podemos falar do uso da linguagem em oposição a alguma outra coisa”.¹⁴ Pensar na linguagem como tendo uma função eminentemente representativa deixa de ser viável, sob um ângulo wittgensteiniano, se compreendemos que Wittgenstein repudia justamente a idéia de que a linguagem e a realidade são dois domínios discretos, auto-contidos, havendo a necessidade de uma “ponte” para interligá-los.

14 cf. *Wittgenstein's Lectures: Cambridge, 1930-32*, p. 112.

Tal repúdio é descrito de modo particularmente claro em Baker e Hacker (1984a:135):

Se o abismo entre linguagem e realidade é ilusório, então, é claro, não há ponte que o transponha. Dizer que não há conexão entre a linguagem e a realidade não é afirmar uma antítese da tese de que se interligam por algum misterioso aparato mental ou metafísico. É, em vez disso, negar que haja espaço para uma conexão, não havendo intervalo a transpor. O que está sobrando é a pergunta “Como a linguagem se liga à realidade?”. Pois se baseia firmemente em uma imagem equivocada.

Aceitar essa visão é ao mesmo tempo aceitar que o tipo de estabilidade atribuível ao significado não é maior nem menor do que aquele que podemos atribuir às formas de vida humanas com que a linguagem mantém laços mutuamente constitutivos. É aceitar que se trata de uma estabilidade contingente, muitas vezes elusiva, e sempre variável em função de circunstâncias históricas, culturais, biográficas, etc. É reconhecer que há regras no jogo da linguagem, mas que elas jamais funcionam para nós como uma garantia absoluta e antecipada da adequação e das conseqüências de nossos lances. É aceitar que, pelo menos no que diz respeito aos significados, não seguimos essas regras porque elas se fundam em propriedades *naturais* da realidade ou da mente, mas antes porque as *herdamos*, porque é histórica e culturalmente *normal* segui-las. Mais que isso tudo: é compreender que vislumbrar a contingência e a historicidade das regras não é o mesmo que estar em posição de capturá-las e mudá-las; é ver que o normal exerce sobre nós a força do natural (v. Cavell 1996:42-43).

4. Considerações finais

As ponderações de Wittgenstein acerca do tipo de estabilidade que se pode atribuir ao significado nas línguas humanas apresentam uma relevância considerável para o terreno da reflexão em Lingüística, no mínimo porque a visão colocada em questão pelo filósofo tem grande influência nessa área, manifestando-se pela presença (integral ou parcial) de pressupostos representacionistas nas vertentes históricas mais expressivas da disciplina (v. a esse respeito Martins 1999). Mais relevante que isso, no entanto, é o fato de que a resistência dos significados em se deixar capturar em nível teórico é algo que vem sendo experimentado desde os primórdios da Lingüística, tendo talvez contribuído para distinguir a feição geral das diferentes abordagens propostas ao longo da história: ela pode estar na raiz da proscrição do significado para fora da teoria em Bloomfield; da substituição da noção de significado pela de valor em Saussure; da redução progressiva das considerações semânticas em alguns modelos de inspiração gerativa (cf. Hornstein, 1990); da atual tendência de teorias semânticas ao abandono dos modelos calcados na lógica de condições de verdade, vistos como insuficientes para dar conta da extrema complexidade do significado nas línguas naturais (Jackendoff, 1990; Lakoff, 1987; Langacker, 1991).

Em que pesem os méritos relativos dos diversos caminhos tomados para lidar (ou não lidar) com essa recalcitrância, o fato é que ela subsiste como entrave para o projeto geral de identificar e explicar o significado das expressões lingüísticas e está na raiz do lugar relativamente acanhado que a Semântica tem ocupado dentro da Lingüística – um ramo de investigação que vem manifestando, ao longo de sua história, diferentes versões de uma predileção pelo foco na forma lingüística (ver a esse respeito Salomão 1997).

É favorável acolher o pensamento de Wittgenstein nesse contexto, porque nele somos convidados a nos deter na resistência dos significados, a decidir se devemos ou não tomá-la como um obstáculo a transpor – e a pensar sobre as complexas conseqüências envolvidas nessa decisão.

Referências bibliográficas

- ARROJO, R. (org - 1992) *O signo desconstruído*. São Paulo: Pontes.
- AUSTIN, J. L. (1961) *Philosophical Papers*, Oxford: Oxford University Press.
- BAKER, G.P. & HACKER, P.M.S. (1980) *An analytical Commentary on the Philosophical Investigations* Oxford: Basil Blackwell, vol. 1.
- _____. (1980a) *Wittgenstein, Meaning and Understanding - Essays on the Philosophical Investigations* Basil Blackwell, vol 1.
- _____. (1984) *Language, Sense and Nonsense* Oxford: Blackwell.
- _____. (1984a) *Scepticism, Rules and Language* Oxford: Blackwell.
- _____. (1985) *Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity* Vol. 2 de *An analytical Commentary on the Philosophical Investigations*, Oxford: Blackwell.
- BARBOSA FILHO, B. (1973) "Notas sobre o conceito de jogo-de-linguagem nas 'Investigações' de Wittgenstein" In ITA - Humanidades, vol 9, pp. 75-104.
- BROCKHAUS, R.R. (1991). *Pulling up the Ladder* La Salle, Illinois: Open Court.
- CANDLISH, S. (1998) "Private States and Language" In Craig, E. (org.) (1998), pp. 698-701.
- CAVELL, S. (1976) *Must we Mean What we Say?* Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1979) *The Claim of Reason*. N. York: Oxford University Press
- _____. (1988) *In Quest of the Ordinary*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. (1996) *The Cavell Reader*. Cambridge MA: Blackwell. Seleção de artigos organizada por S. Mulhall.
- _____. (1996a) Notes and Afterthoughts on the Opening of Wittgenstein's *Investigations*" In Sluga & Stern (Orgs) (1996), pp. 261-295.
- CHOMSKY, N. (1975) *Reflections on Language*, Nova York: Pantheon Books.
- COOK, J. (1969) "Human Beings" In Winch 1969 (org.), pp. 117-152.
- FAUCONNIER, G. (1997). *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press.

- FOGELIN, R. J. (1996) "Wittgenstein's Critique of Philosophy" In Sluga & Stern (orgs.) (1996), pp. 34-58.
- GLOCK, H-J (1996) "Necessity and Normativity" In Sluga & Stern (1996) (Orgs.), pp. 198-225.
- GLOCK, H-J. (1997) *Dicionário Wittgenstein*. Rio: J. Zahar, (Trad. Helena Martins)
- HACKER, P. M.S. (1993) *Meaning and Mind*. Oxford: Blackwell.
- HALE, B. (1997) "Rule Following, Objectivity and Meaning" In Hale & Wright (orgs.) (1997)
- HARRIS, R. (1988) *Language, Saussure and Wittgenstein - How to Play Games with Words*, Londres: Routledge.
- HORNSTEIN, N. (1990) "The problem of semantics after Chomsky" In George, A (org) *Reflections on Chomsky* Oxford: Blackwell.
- JACKENDOFF, R. (1983) *Semantics and Cognition*, Cambridge, MA: The MIT Press.
- LAKOFF, G. (1987) *Women, Fire and Dangerous Things* Chicago: The University of Chicago Press.
- LANGACKER, R. (1991) *Concept, Image and Symbol* Londres: Muuton de Gruyer.
- MARTINS, H. F. (1999) "Metáfora e polissemia no estudo das línguas do mundo – uma aproximação não representacionista" Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ.
- MULHALL, S. (1996). Introdução à seleção de artigos de S. Cavell (1996).
- MULHALL, S. (org). (1996) *The Cavell Reader*. Cambridge MA: Blackwell.
- PEARS, D. (1992) Verbete *Ludwig Wittgenstein* In Dancy & Sosa (1992), pp. 523-527.
- PERLOFF, M. (1996) *Wittgenstein's Ladder*. Chicago: The Chicago University Press.
- RAJAGOPALAN, K. (1992) "O significado e sua gênese: algumas anotações avulsas" In Arrojo (org.) (1992)
- RORTY, R. (1991) *Objectivism, Relativism and Truth. - Philosophical Papers*, Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press.
- SALOMÃO, M.M. (1997) "Gramática e cognição: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva" In *Veredas*, Juiz de Fora, vol.1, pp. 23-39.
- SEARLE, J. (1999) "I Married a Computer" In *New York Book Reviews* (8, abril, 1999).
- SLUGA, H. (1996) "'Whose house is that?' Wittgenstein on the Self". In Sluga & Stern (Orgs) (1996), pp. 320-353
- SOLOMON, R. C. (1988) *Continental Philosophy since 1750 - The Rise and Fall of the Self*.
- STROUD, B. (1996) "Mind, Meaning and Practice" In Sluga & Stern (Orgs) (1996), pp. 296-319.

- TURNER, M. (1991) *Reading Minds: The Study of English in the Age of Cognitive Science* New Jersey: Princeton University Press
- _____. (1996) *The Literary Mind* New York: Orford University Press.
- WINCH, P. (1969) (org.) *Studies in the Philosophy of Wittgenstein* New York: Routledge & Kegan Paul.
- WITTGENSTEIN, L. (1953) *Philosophical Investigations* Nova York: Macmillan
- _____. (1958) *The Blue and the Brown Books* Oxford: Blackwell
- _____. (1969) *On certainty* Oxford: Blackwell
- _____. (1974) *Philosophical Grammar* Oxford: Blakwell
- _____. (1979) *Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1932-1939* Oxford: Blackwell
- _____. (1980) *Culture and Value* Oxford: Blackwell
- _____. (1989) *Fichas (Zettel)* Lisboa: Edições 70
- WRIGHT, C. (1989) "Wittgenstein's Rule-following Considerations and the Central Project of Theoretical Linguistics. In GEORGE, A. (org.) *Reflections on Chomsky*, Oxford, Blackwell.